

Memória e patrimônio na construção histórica do Instituto do Museu Jaguaribano

Memory and heritage in the historical construction of the Institute of the Jaguaribano Museum

Memoria y patrimonio en la construcción histórica del Instituto del Museo Jaguaribano

Alex da Silva Farias¹

Recebido em: 30/11/2013

Aceito para publicação em: 18/2/2014

Resumo: A história da cidade de Aracati remonta ao período colonial, quando desenvolveu atividade portuária, mercantil e exportadora durante a época das charqueadas. A cidade guarda toda a atmosfera de um momento da história do Ceará, por intermédio do seu conjunto arquitetônico. No município há o Instituto do Museu Jaguaribano, que nasceu do interesse de um grupo de aracatienses empenhados no

¹ Mestrando em História Cultural e especialista em Metodologia do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará (Uece).

enaltecimento da história da cidade e preocupados tanto com o comércio ilegal dos bens históricos da região como com a sua dilapidação. Então qual era a representação de patrimônio no discurso desses sujeitos sociais durante a construção do Museu Jaguaribano? É necessário perceber a influência do pensamento dos sujeitos sociais em um determinado momento de uma instituição de perpetuação da história local.

Palavras-chave: memória; patrimônio; museu.

Abstract: The history of the city of Aracaty dates back to the colonial period when port, market and export activities were developed during the jerked beef production period. The city retains all the atmosphere of an era in the history of Ceará through its architectural ensemble. In the municipality is the Jaguaribano Museum Institute, which was created due to the interest of a group of citizens, committed to the enhancement of the city's history and concerned about wastage and the illegal trade of historic assets of the region. Thus, what was the patrimonial representation in the discussion of these social subjects during construction of the Jaguaribano Museum? It is necessary to understand the influence of the thinking of social subjects at a determined time of an institution for the perpetuation of local history.

Keywords: memory; heritage; museum.

Resumen: La historia de la ciudad Aracati se remonta a la época colonial cuando se desarrolla la actividad del puerto, el mercado y las exportaciones durante el período de charqueadas. La ciudad conserva toda la atmósfera de una época en la historia de Ceará, a través de su conjunto arquitectónico. En el municipio está el Instituto de Museo Jaguaribano, que nació del interés de un grupo de personas de la ciudad, comprometido con la mejora de la historia de la ciudad y preocupado por el despilfarro y el comercio ilegal de los bienes históricos de la región. Entonces, ¿cuál era la representación del patrimonio en el discurso de esos sujetos sociales durante la construcción del Museo Jaguaribano? Es necesario entender la influencia del pensamiento de los sujetos sociales en un momento determinado de una institución para la perpetuación de la historia local.

Palabras clave: memoria; patrimonio; museo.

INTRODUÇÃO

A história da cidade de Aracati remonta ao período colonial, quando o então capitão-mor Pero Coelho de Sousa, para expulsar os franceses da Ibiapaba, partiu da Paraíba chefiando dois grupos: um por terra e outro por mar. Ambos se encontraram às margens do Rio Jaguaribe e, vendo que os indígenas não lhes eram hostis, ergueram um forte em 10 de agosto de 1603, dia de São Lourenço. Tal edificação viabilizou tanto o fluxo de emigrantes como a fixação da população às margens do Rio Jaguaribe, aumentando a comunicação e o comércio na região, que se centralizou no então povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe.

Durante o século XVIII a atividade portuária ascendeu sua produção mercantil, principalmente no período das charqueadas, tanto produzindo como exportando. Em 24 de fevereiro de 1748, foi elevada à Vila de Santa Cruz dos Barcos do Jaguaribe, pelo Conselho Ultramarino, e vila sede em 20 de junho de 1780 (LIMA, 1979); somente se tornou cidade por meio de lei provincial em 25 de outubro de 1842 (XAVIER, 1994). “Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo do Recife e de Salvador, tornou-se mesmo antes de ser elevada à Vila, pulmão da economia colonial da Capitania, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transitada” (GIRÃO, 1989, p. 65). Aracati participava não só como maior

riqueza da província, mas também como centro influente de cultura no período colonial, importando arquitetura e conceitos inovadores nas atitudes sociais, vistos em algumas casas de sobrado, praças, igrejas e monumentos. Constituiu uma elite local que se preocupava em manter um plano urbanístico a sua altura².

A riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural de Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação (GIRÃO, 1989, p. 67).

Localizada a 149 km de Fortaleza, no litoral leste do Ceará, Aracati tem grande valor histórico para o estado, tanto pela sua influência na economia colonial como pelo estado de conservação de seu patrimônio histórico, pois preserva em sua paisagem urbana a arquitetura de um período de desenvolvimento econômico e cultural fundamental para a construção da história do Ceará. Assim, seu conjunto arquitetônico reflete sua trajetória histórica e guarda a atmosfera de uma época que reproduziu o florescimento cultural pelo qual a cidade passou.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO

Alguns bens³ no município estão sob lei de tombamento e preservação do patrimônio histórico nacional, entre eles o Solar do Barão de Aracati⁴, onde funciona atualmente o Instituto do Museu Jaguaribano, “sociedade civil sem cor político-partidária, ideológica ou religiosa, com sede na cidade de Aracati, Estado do Ceará, fundado em 15 de novembro de 1968” (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1984, p. 6), que serve de sustentação legal para a institucionalização do Arquivo do Jaguaribe e do Museu Jaguaribano. Ele não é somente um bem histórico que serve de museu, é principalmente sujeito na luta contra atentados ao patrimônio histórico, pois se trata da única instituição que “tem por afinidade precípua a preservação do patrimônio histórico e o acervo da zona Jaguaribana” (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1984, p. 6), agindo para preservar não somente sua sede⁵, mas diversos bens históricos e culturais da região⁶.

² A Igreja e as irmandades religiosas, o Estado português, os agentes econômicos, a Câmara Municipal e os demais grupos atuaram para determinar a organização do espaço na cidade de Aracati. Para tanto, aplicou-se a construção de um pelourinho, hoje “Cruz das Almas”, e da Casa de Câmara e Cadeia. Ver Barbosa (2011).

³ A Casa de Câmara e Cadeia, tendo como uso atual a Câmara de Aracati; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, que ainda exerce a atividade de culto religioso. Ver Alencar Cunha e Veloso (1995).

⁴ O historiador Antero Pereira Filho (2008) afirma que o solar teria em maior parte de sua existência pertencido ao Barão de Messejana, entretanto em homenagem ao Dr. José Pereira da Graça Filho o edifício foi nomeado Solar do Barão de Aracati.

⁵ Tombada pelo decreto n.º 16.237, datado de 30/11/1983, no Livro de Tombo Artístico (ALENCAR CUNHA; VELOSO, 1995).

⁶ Trata-se de trabalhos de preservação, restauração e manutenção na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e na Matriz, no Pão de Santo Antônio e na Casa de Câmara e Cadeia, além dos bens e objetos históricos de seu acervo (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1982).

Por três vezes a intenção de criar um museu foi cogitada, no primeiro momento em 1965, durante a reunião do Conselho Comunitário de Aracati, que ofereceu dois cursos de Organização e Desenvolvimento da Comunidade⁷ (LEAL, 1979). Os temas circulavam em torno da influência do povoado de São José do Porto dos Barcos no desenvolvimento da zona jaguaribana, assim como do comércio ilegal e da dilapidação do patrimônio histórico e de seu acervo⁸. O segundo momento deu-se em 1967, durante o VII Seminário de Ação Comunitária, promovido pelo Clube Idealista da Comunidade Aracatiense (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973). Foi nessa ocasião, em que o assunto versava sobre o enaltecimento da história de Aracati e a necessidade de preservar os bens históricos e culturais da região, que se aplicou a ideia de criar um museu para tal finalidade⁹.

Nos dias 09 e 10 de 1967 em amplos salões do Ginásio Marista, por ocasião do VII Seminário de Ação Comunitária, o grupo interessado na concretização da idéia da fundação de um museu, com aquelas patrióticas finalidades realizou exposição dos mais interessados, numa demonstração eloqüente das reais possibilidades de instalação de um museu regional (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973, p. 7).

A terceira ocasião ocorreu em 1968, quando da visita à pastoral de Aracati do bispo diocesano de Limoeiro do Norte, Dom José Freire Falcão, recebido pelo Conselho Comunitário de Aracati. O bispo, mostrando-se favorável à criação de um museu jaguaribano, doou as peças e os objetos religiosos que hoje compõem a seção de arte sacra da entidade (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973) e também pôs à disposição a Igreja de Nossa Senhora do Rosário das Almas de Aracati para sede do museu. Nesse momento o Serviço Social da Indústria (Sesi), tendo como diretor regional o major José Raimundo Gondim, também ofereceu o Solar do Barão de Aracati.

Membros do grupo realizaram várias pesquisas de campo em algumas cidades¹⁰ da região jaguaribana com o intuito de conscientizar a população para a preservação, mediante doações e contribuições para o museu. Porém o movimento não surtiu efeito de imediato sobre a população, ao contrário do que se esperava pelo registro de doações em inventário. Para o desencadeamento do processo, o Sesi cedeu os pavimentos do Solar do Barão de Aracati, e a diocese de Limoeiro do Norte doou as peças da seção de arte sacra (INSTITUTO

⁷ Os cursos foram assim ministrados: o primeiro pela assistente social Diamantina Costa Conceição, no período de 11 a 20 de agosto de 1965; e o segundo pelo assistente social Henos Locatelli, de 25 a 29 de julho de 1966 (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973).

⁸ Como exemplo das perdas irreparáveis que sofreu a cidade por conta do comércio ilegal e da dilapidação dos bens históricos, cito o antigo Sobrado das Corujas, demolido na década de 1940, ou a especulação imobiliária na Rua Grande. Muitas imagens das igrejas locais também estão no museu para coibir os furtos e a predação dos bens.

⁹ Participaram: Raimundo Girão, Hélio Ideburque Carneiro Leal, irmão Luís Facó, João José Dias de Oliveira, padre João Cornelius Hennekan, Abelardo Costa Lima Filho, Abelardo Gurgel Costa Lima, Antônio Lúcio Porto Caminha, Alcy Barbosa Gurgel, Luiz Aureliano de Souza, dr. Meton Barreto de Moraes, irmã Helena Wanderley da Fonte, irmã Maria Osminda Teófilo Bezerra, irmã Catarina Nogueira, irmã Luísa Vasconcelos Bezerril, Antônio Kleber Alexandre Gondim, Arnaldo José Rodrigues Praça, Sonia Dias de Oliveira, Rosália da Costa Nepomuceno, Norma Ribeiro da Silva, Francisco Nilton de Souza, Elizabeth Pitombeiras Freitas, Maria Bernadete Gurgel Felismino, Alba Barbosa Gurgel, Maria Stella Moreira de Souza, D. José Freire Falcão, Francisco Eriberto de Souza e Carlos Gueiros Kramer (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973).

¹⁰ Itaiçaba, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Fortim, Mutamba, Icapuí e Areias (Ibicuitinga), além dos povoados de Maceió, Barrinha e localidades de Chapéu e Majorlândia, Ponta Grossa e Farol, nos mais diversos pontos da zona jaguaribana (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973).

DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973). O interesse dos cidadãos aumentou e surgiram as primeiras doações¹¹. Foi então eleita a primeira diretoria do Instituto do Museu Jaguaribano em caráter provisório¹² e foi feito o primeiro estatuto¹³.

Seu funcionamento permaneceu constante até 1972, quando o Sesi negou acesso ao museu, alegando o uso do edifício para residência de seus servidores e impedindo a manutenção, o resgate e a recuperação do acervo, da biblioteca e de cômodos do solar. Durante cinco anos o museu permaneceu fechado, conforme matéria veiculada no jornal *O povo*, de 18 de dezembro de 1975 (MUSEU..., 1975). Uma das obrigações da chapa Nova Fase (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1976), eleita para a gestão no período, era o acesso ao museu: “Planos: pleitear junto a quem de direito, o livre acesso ao Solar do Barão de Aracati, prédio em que se acha instalado, aliás desde sua fundação, o Museu Jaguaribano” (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1976, p. 4). O apoio do secretário de Cultura do estado e historiador Raimundo Girão foi muito importante, pois junto com a Prefeitura de Aracati aplicou com urgência as reformas necessárias para adequar o museu ao solar. O então prefeito Abelardo Costa Lima, também sócio do Museu Jaguaribano, manteve contato com o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), dr. José Flávio Costa Lima. Junto com o novo diretor do Instituto do Museu Jaguaribano, sr. Antero Pereira Filho, conseguiram liberar o Solar do Barão de Aracati para o museu.

Pode-se considerar o deplorável estado em que foram encontradas as dependências do Solar do Barão do Aracati, ocupadas pelas peças e móveis do Instituto do Museu Jaguaribano e pertencentes ao arquivo, dada a situação de imundície, sujidade e desasseio de mencionado acervo do Instituto do Museu Jaguaribano e dependências daquele Solar (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1979, p. 3).

As primeiras medidas foram levantamento das peças, confronto com o inventário de 1973 e limpeza. Fizeram-se necessárias a recuperação de algumas peças e a reorganização da biblioteca e de salas do museu, que retomou suas atividades em 1977.

Pela Lei Estadual n.º 9.887 de 1974, e somente dez anos depois, pela Lei Municipal n.º 10 de 1984, o museu foi declarado bem de utilidade pública, ou seja, houve seu reconhecimento como instituição filantrópica, de educação, científica, cultural e artística, que presta serviços ou benefícios de interesse para toda a coletividade. Assim, mantém parceria com escolas públicas e particulares da região, aproximando professores e alunos da instituição (FARIAS, 2000; 2003). O seu quadro de diretores, aliás, é composto por professores das redes pública e particular da região. Do mesmo modo o museu mantém apoio à cultura e à arte, pois tem a “finalidade de reunir, para divulgar, trabalhos de artistas aracatienses e difundir as artes plásticas do município” (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1982, p. 9), como pode ser constatado no empenho dos diretores em manter as exposições de fotografias, jornais, documentos antigos e trabalhos de artistas da região.

¹¹ Ainda em 1972 o sr. Hélio Ideburque Carneiro Leal doou a biblioteca que pertenceu a seu pai, o desembargador Cláudio Ideburque Carneiro Leal, ao museu (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973).

¹² Participaram da criação do museu: o advogado dr. Hélio Ideburque Carneiro Leal, o padre João Cornélio Hennekan, o professor Antônio Lúcio Porto Caminha, as professoras Elizabeth Pitombeiras de Freitas e Alba Barbosa Gurgel e o senhor Antero Pereira Filho (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1973).

¹³ Constituído pelo professor Geraldo da Silva Nobre, Felício Ideburque Carneiro Leal e o professor J. J. Dias de Oliveira e submetido à aferição da Secretaria de Cultura e do senhor Bispo, conforme Leal (1979).

Em 1980 o Instituto do Museu Jaguaribano firmou contrato de comodato com o Sesi por um período de quatro anos a partir de 1980, a fim de fixar sua sede, e conforme Diário Oficial de dezembro de 1983 tombou o edifício pelo IPHAN estadual (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1985). O Instituto do Museu Jaguaribano dá amparo legal para o Museu Jaguaribano e o Arquivo do Jaguaribe. Seu processo de criação foi anterior a sua inauguração, pois surgiu de uma ideia e uma estratégia de ação que produziram a sua história. O Instituto do Museu Jaguaribano, que nasceu do interesse de um grupo de aracatienses, intelectuais em diversas áreas, membros de uma elite cultural local que pregava o enaltecimento da história da cidade e o resgate do patrimônio histórico, é o objeto de estudo deste artigo, o qual propõe pensar suas atividades para além de seus sistemas museais e de sua luta pela preservação dos bens históricos e culturais do município.

Os documentos escritos foram produzidos pelos próprios sujeitos sociais e, desse modo, são fonte de pesquisa, pois dizem da época em que foram constituídos e relatam suas atividades, que nos são dadas a ler nas assembleias do período de 1965 a 1985. Portanto, compreendo a influência do pensamento dos sujeitos sociais na construção e nas práticas sociais em um determinado contexto social e na trajetória histórica do Instituto do Museu Jaguaribano como instituição de perpetuação da história local. Assim os interesses, as influências e a interferência dos sujeitos sociais na trajetória da instituição constituem um discurso singular que contribuiu para a seleção, a exaltação e a censura na construção simbólica do passado da cidade. Por isso este artigo tenta trazer um novo olhar sobre a história do Instituto do Museu Jaguaribano, pois sua trajetória guarda os vestígios de uma memória coletiva que nos permite uma análise acerca da representação da cidade na memória dos indivíduos.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Particularmente o Instituto do Museu Jaguaribano interessa pelo fato: de ser segundo seus fundadores¹⁴ o museu¹⁵ de toda a região jaguaribana¹⁶ e de ser vanguardista na luta pela preservação dos bens históricos e culturais da região. O Museu Jaguaribano e o Arquivo do Jaguaribe foram institucionalizados pelo Instituto do Museu Jaguaribano, que dá amparo

¹⁴ Conforme estatuto de 1984, no capítulo 2, em parágrafo único: São considerados sócios fundadores os que se associaram à ideia da organização do instituto no ato de sua fundação e assinaram a respectiva ata. Participaram: Raimundo Girão, Hélio Ideburque Carneiro Leal, irmão Luís Facó, João José Dias de Oliveira, padre João Cornelius Hennekan, Abelardo Costa Lima Filho, Abelardo Gurgel Costa Lima, Antônio Lúcio Porto Caminha, Alcy Barbosa Gurgel, Luiz Aureliano de Souza, dr. Meton Barreto de Moraes, irmã Helena Wanderley da Fonte, irmã Maria Osminda Teófilo Bezerra, irmã Catarina Nogueira, irmã Luísa Vasconcelos Bezerril, Antônio Kleber Alexandre Gondim, Arnaldo José Rodrigues Praça, Sonia Dias de Oliveira, Rosália da Costa Nepomuceno, Norma Ribeiro da Silva, Francisco Nilton de Souza, Elizabeth Pitombeiras Freitas, Maria Bernadete Gurgel Felismino, Alba Barbosa Gurgel, Maria Stella Moreira de Souza, D. José Freire Falcão, Francisco Eriberto de Souza e Carlos Gueiros Kramer.

¹⁵ O museu também cumpre o papel de ser: o espaço onde se concentra a memória e a transforma de memória social em memória histórica; é uma instituição de e em transformação, sofrendo mudanças como toda instituição urbana; e é intérprete das experiências coletivas, pois motiva a reflexão do processo histórico da comunidade. Ver Varine (2000).

¹⁶ O Instituto do Museu Jaguaribano considera por zona jaguaribana a área que compreende os limites do município, abrangendo: Icó, Itaiçaba, Jaguaretama, Jaguaribana, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Orós, Palhano, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte (INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO, 1984).

legal para ambos funcionarem. Foi durante o seu processo de criação que se determinou uma prática em que se reproduziu tanto uma história local como da instituição. Proponho então repensar qual era a representação de patrimônio durante a construção do Instituto do Museu Jaguaribano, por meio do discurso dos fundadores, pela preservação dos bens históricos e culturais do município. Portanto, de que maneira uma instituição de memória influenciou na construção da consciência de preservação do patrimônio histórico e cultural, na história local? Percebo grande influência da memória sobre a escrita da história na forma da representação de um discurso de patrimônio em certos segmentos sociais, pois foi por intermédio dessa instituição de preservação que se confirmou um determinado passado da cidade.

Segundo Huyssen (2000), vivemos hodiernamente sob uma “sedução da memória”, em virtude de uma crise que a modernidade experimenta. Tal busca por um passado que se modifica constantemente é notada por uma emergência da história que se acelera (NORA, 1981). Essa crise na modernidade criou mudanças que levam o mundo contemporâneo a repensar o conceito de memória, proporcionando uma releitura sobre nossa interpretação e compreensão do passado, pois “a necessidade de memória é a necessidade de história”¹⁷ (NORA, 1981, p. 8-9). Porém memória não é história, mas um fenômeno construído socialmente; é seletiva, articulada e suscetível à ação política de determinados segmentos sociais e ainda reforça o sentimento de pertencimento. “A memória de uma sociedade é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições” (HUYSSSEN, 2000, p. 68). Desse modo, o uso da memória está redefinindo a si e aos outros; “quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isto não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo” (ABREU, 1998, p. 77-97).

O conceito de memória diversificou-se¹⁸, embora represente diferentes abordagens de um mesmo fenômeno. Halbwachs (2006) defendeu a ideia básica de que a memória, por mais pessoal que fosse, estava ligada ao comportamento em grupo, no entanto não rejeitava o individual no estudo de memória coletiva¹⁹. Sua ênfase é a de que as memórias se formam e são renovadas por conta de laços de solidariedade entre os indivíduos, os quais são construídos por intermédio de elementos comuns e simbólicos. De acordo com Ricoeur (2007), a memória está vinculada à passagem do tempo e baseada na continuidade inteligível de uma narrativa histórica e singular do indivíduo: “Ao lembrar algo, alguém se lembra de si”²⁰ (RICOEUR, 2007, p. 107).

¹⁷ A história é um processo, uma construção que se refaz constantemente pelo nosso entendimento do passado (ver HOBBSAWM, 1998), ou seja, é uma lógica que montamos e interpretamos com as amostras escolhidas, que podem ou não incluir o que as pessoas pensam a respeito (ver LE GOFF, 2008).

¹⁸ Inicialmente destaco duas categorias: uma considera as memórias individuais que relacionam o sujeito com o passado em suas lembranças, que vão representar não a ida ao passado, mas a presença deste no presente; a outra trata da memória como um fenômeno coletivo e resultante da ação do indivíduo em sociedade (ver LE GOFF, 2008).

¹⁹ O conceito de memória social é diferente do de memória coletiva; além de estar em movimento e expressar valores, é uma construção processual e não se reduz apenas à representação (ver GONDAR, 2005).

²⁰ Ao fazer uma análise sobre o olhar interior da memória individual proposta por Santo Agostinho, Husserl e Locke, e sob a perspectiva exterior da memória coletiva segundo Halbwachs, Ricoeur atribui três sujeitos suscetíveis à lembrança: o eu, os coletivos e os próximos. Esses pressupostos norteariam uma proposta de desmistificar a oposição entre o individual e o coletivo e enfatizar outras metodologias (ver RICOEUR, 2007).

A memória também possui espaços não somente físicos, mas de referência onde ela é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida; tais espaços são considerados lugares de memória (NORA, 1981). O patrimônio é, portanto, um lugar de memória diferente, pois é campo de disputas simbólicas e de exercício de poder (BOURDIEU, 1989). Tanto a ideia de preservação²¹, que atribui o ato de lembrar e/ou esquecer – portanto o que se quer preservar, selecionar e determinar –, como o tombamento consistem na exclusão de um bem cultural a outros grupos de se apropriarem de seu passado, passando assim a ressignificar sua percepção com base na hierarquia social ou significado de si e dos outros. A memória interage com o patrimônio²², que assume uma força coletiva, reproduzindo as práticas culturais de diferentes grupos. As representações dos sujeitos sociais não variam apenas na posição social, mas também na percepção e apreciação do patrimônio²³, e o Instituto do Museu Jaguaribano é também um lugar de memória²⁴. Nessa realidade entre memória e patrimônio, os espaços passam a consolidar o sentimento de reconhecimento e pertencimento, determinando o que é comum e diferente entre os grupos, cuja ação se materializa nas instituições de preservação. Dessa forma a consciência de poder desse discurso (FOUCAULT, 2001) situa-se ao passar de um ponto de vista de um grupo a outro; é a mudança desse ponto de vista que faz o lugar coletivo ou individual. Assim, as representações desses grupos não variam apenas na posição social, mas também na percepção e apreciação do bem patrimonial que se quer preservar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente de outras cidades, Aracati permite perceber singularidades em sua memória urbana, pois seus espaços demonstram sua formação e ocupação de maneiras diversas, o que nos leva a refletir sobre o seu museu e a sua influência na trajetória histórica da cidade. O Instituto do Museu Jaguaribano surgiu da prática dos membros de uma

²¹ O pensamento preservacionista foi contextualizado nas décadas de 1920 e 30, quando se procurava definir uma identidade de nação. A preocupação com os monumentos arquitetônicos e históricos constitui a base do tombamento de imóveis do período colonial e imperial, que serviu como instrumento simbólico de controle e poder, pois viabilizou o tombamento de edificações tradicionais desses períodos, definindo-as como construção de um passado legítimo da nação (MONNET, 1996).

²² O patrimônio histórico insere-se numa perspectiva de acumulação de bens e na necessidade de novos conceitos que se renovam com seus objetos, ou seja, um conjunto de bens identificados pelo homem com base em suas próprias interpretações (ver ABREU; CHAGAS, 2003). Do mesmo modo, a mudança no conceito de monumento é demonstrada pelas transformações que se verificam na contemporaneidade quando as grandes obras arquitetônicas foram substituídas pela formação de acervos documentais (LE GOFF, 2008). Na noção de monumento histórico, o monumento trata do sentimento, da emoção, em que a comunidade possa rememorar os acontecimentos, os sacrifícios, os ritos e as crenças. O referencial histórico pressupõe representar as relações sociais. O monumento histórico tem por finalidade inserir-se no tempo, retroceder o passado, relacionando-se tanto com a longa duração como com a história política da cidade (ver RIEGL, 2006). A opção pela categoria *patrimônio* advém da indicação que o corpo documental proporcionou na escolha das fontes que indicaram uma discussão sobre o discurso dessa categoria.

²³ O patrimônio mudou de perspectiva. Antes o foco era a nação, agora é a sociedade; hoje a ação preservacionista não opera mais no físico e sim na ação cultural, articulando questões de interesse coletivo e individual (RODRIGUES, 1996).

²⁴ São lugares onde a memória é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida, podendo ser lugares físicos ou não, como: documentos, arquivos, monumentos e museus (NORA, 1981).

aristocracia intelectual local, cujas propostas eram no início a preservação do patrimônio histórico e o enaltecimento da história da cidade.

Foi pela ação desses sujeitos sociais que se produziu uma seleção de objetos e homenagens, sob um discurso de exaltação do passado da cidade. Nesse sentido a preservação do patrimônio proporcionou a oportunidade de uma elite cultural e conservadora manter seu passado ilustre. Esses intelectuais lutaram por um ideal próprio e não coletivo, como se pensava, e isso inseriu uma nova ordem política e de políticas públicas, embora não houvesse participação das camadas populares. Esse era o tipo de proposta de memória da instituição para a formação da história da cidade. É preciso ir além e incluir as camadas populares na interpretação histórica de uma cidade tão marcada pelo patrimônio.

O discurso de enaltecimento da história da cidade e preservação do patrimônio histórico contribuiu para a construção do imaginário social da instituição, pois tudo indica que houve uma produção cultural de determinado segmento da sociedade ou em detrimento de si. Tanto a história da cidade como a do Instituto do Museu Jaguaribano foram desenvolvidas com base em uma narrativa constituída pelos próprios fundadores do museu da cidade. A memória dessa instituição cultural, portanto, permite-nos uma discussão sobre suas dificuldades em preservar o patrimônio da região fora dos grandes centros e quanto aos interesses em manter e confirmar uma determinada narrativa e interpretação da história local e de si.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série**, Porto, v. XIV, p. 77-97, 1998.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALENCAR CUNHA, Terezinha Helena de; VELOSO, Francisco Augusto Sales. **Patrimônio tombado**: guia bens do Ceará – tombamento. Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto, 1995.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. Os agentes modeladores da cidade de Aracati (CE) no período colonial. **GeoTextos**, v. 7, n. 2, p. 13-43, dez. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CASTRO, José Liberal de. Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará. **Revista Aspectos Históricos**, Fortaleza, n. 5, 1977.

DECLARAÇÃO de Santiago. Mesa-Redonda de Santiago do Chile, The International Council of Museums (Icom), 1972. Tradução de Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago-1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile-1072&Itemid=3>. Acesso em: 22 out. 2011.

FARIAS, Alex da Silva. **O Aracati e o Instituto do Museu Jaguaribano**. Monografia (Graduação)–Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.

_____. **O uso do museu como patrimônio cultural no ensino de História**. Monografia (Pós-Graduação)–Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, jul. 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989.

GONDAR, Jô. Quadro de proposições sobre a memória social. In: _____. DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra-capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: memória, arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO. **Assembleia geral**. 13 out. 1973.

_____. **Assembleia geral**. 9 out. 1976.

_____. **Assembleia geral**. 15 out. 1979.

_____. **Assembleia geral**. 10 out. 1982.

_____. **Assembleia geral**. 6 out. 1985.

_____. **Estatuto**. Imprensa Oficial do Ceará, 1984.

LEAL, Hélio Ideburque Carneiro. **Instituto do Museu Jaguaribano – um pouco de sua história e de suas realizações mais recentes**. Fortaleza, 1979. Manuscrito.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2008.

LIMA, Abelardo Costa. **Terra aracatiense**. 2. ed. Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I, 1979.

MONNET, Jérôme. O álbi do patrimônio, crise da cidade, questão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, n. 24, 1996.

MUSEU de Aracati, fechado há um ano. **O povo**, Fortaleza, 18 dez. 1975.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1981.

PEREIRA FILHO, Antero. **Sobrado do Barão**: desfazendo um equívoco. 21 jun. 2008. Disponível em: <[www.http://luacheia.art.br/site](http://www.luacheia.art.br/site)>. Acesso em: 28 abr. 2011.

RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: _____. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora UCG, 2006.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, n. 24, 1996.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. A cidade e o patrimônio histórico. **Cadernos Paulo Freire**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003. n. 1.

SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989.

VARINE, Hugues de. **A nova museologia**: ficção ou realidade. In: MUSEOLOGIA Social. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

XAVIER, Ricardo Palhano; SAMPAIO FILHO, Dorian. **Município do Ceará**. Fortaleza: Multigraf, 1994. v. 1.